

## 2. Carlos Langoni e seu pioneirismo

Neste capítulo discutiremos as ideias de Carlos Geraldo Langoni apresentadas no livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Publicação considerada por muitos como um dos trabalhos pioneiros e inovadores no debate sobre a desigualdade de renda no Brasil, a partir da perspectiva da Teoria do Capital Humano.

### 2.1. A educação básica como fator explicativo para a desigualdade de renda

Destacados pensadores brasileiros estudaram a Teoria do Capital Humano e elaboraram estudos acerca de sua relevância para a nossa sociedade. Carlos Langoni defende que, na economia, tem especial importância a qualidade do capital humano. A industrialização brasileira teria sido apoiada no capital físico, razão esta que teria sido uma das principais do nosso atraso no combate à pobreza e à desigualdade. Em seu livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, publicado em 1973, Langoni demonstra a importância da educação básica como elemento fundamental para a redução da pobreza no Brasil.

Langoni contribuiu para introduzir a Teoria do Capital Humano no Brasil ao apresentar um trabalho pioneiro relacionando educação e desigualdade de renda no contexto brasileiro. E isso em uma época em que as tensões vividas no Brasil, em função da ditadura, obscureciam a discussão acadêmica. Como vimos anteriormente, Eugênio Gudim já se mostrava, na década de 1960, preocupado com a falta de uma educação de qualidade para o nosso crescimento.

Marcelo Côrtes Neri <sup>14</sup> lamenta que, na década de 1970, e pelas circunstâncias históricas da época, as ideias contidas no livro de Langoni não tenham recebido o reconhecimento merecido, apesar de considerar que “este trabalho de Langoni é, sem dúvida, o pai da moderna literatura brasileira sobre desigualdade de renda no país” (Neri, 2005: 11):

---

<sup>14</sup> Marcelo Côrtes Neri (1964- ) é mestre e bacharel em economia pela PUC-Rio e PhD em Economia pela Universidade de Princeton. Atualmente é ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

toda a moderna teoria do crescimento econômico e a pesquisa empírica associada têm nos convencido da importância da escola na vida das nações. No aspecto distributivo tivemos há tempos a oportunidade de aprender sobre a importância da educação na vida dos brasileiros quando do lançamento da primeira edição deste livro seminal, em 1973. A oportunidade parecia não ter sido plenamente aproveitada na época. A expressão “capital humano”, tal como a palavra “focalização” hoje, era vista por muitos como palavrão (Neri, 2005: 11).

Para Ricardo Paes e Barros <sup>15</sup>, conforme citado por Cariello, Carlos Langoni foi o inspirador de seus trabalhos e estudos sobre desigualdade:

a ideia dele é 99% do meu trabalho, afirmou Paes de Barros. Eu quero saber se a educação é importante? Eu volto nos microdados. Eu tenho a pesquisa da PNAD. Eu quero saber, digamos, qual seria a desigualdade no Brasil se não existissem analfabetos funcionais. Volto na PNAD. Você é analfabeto funcional? Sou. Hoje vai deixar de ser! Vou te dar cinco anos de estudo. Mas aí a sua renda vai mudar. Para quanto? Vamos pegar pessoas que tenham tudo igual a você, idade, sexo, cor, mas com cinco anos a mais de estudo, e vamos achar esse cara na PNAD. Constrói uma nova PNAD, sem analfabetos funcionais, e diz qual seria o novo Gini (Cariello, 2012: 34).

Para José Márcio Camargo <sup>16</sup>, Langoni é a referência quando se estuda, no Brasil, a Teoria do Capital Humano. Camargo salienta que Langoni teria conseguido demonstrar que importante parcela das causas da nossa desigualdade de renda deveria ser atribuída à nossa estrutura de capital humano:

o Langoni foi o primeiro brasileiro, que eu me lembre, que utilizou essa teoria para explicar a mudança de desigualdade no Brasil, na década de 60. Ele pegou os dados do Delfim <sup>17</sup>, deu a ele acesso aos dados do FINEP, deu a ele acesso aos dados do Imposto de Renda, e com esses dados do imposto de renda ele conseguiu calcular a taxa de retorno-educação para diferentes níveis de renda, etc., e conseguiu mostrar que uma grande parte da desigualdade de renda no Brasil se devia a uma desigualdade da estrutura de capital humano. Então, sem dúvida, o Langoni é a referência no que se refere a essa questão de capital humano no Brasil (Camargo, 2013).

Samuel Pessoa também relata a influência que o então contexto político teve quando do lançamento do livro de Langoni. E considera que, atualmente, a

<sup>15</sup> Ricardo Paes de Barros (1954- ) nasceu no Rio de Janeiro. Possui graduação em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1977), mestrado em Matemática pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (1982), doutorado em Economia pela University of Chicago (1987), pós-doutorado pela University of Chicago (1988) e pós-doutorado pela Yale University (1989). Atualmente é Subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

<sup>16</sup> José Márcio Camargo é bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e PhD em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology. Professor Titular da PUC-Rio.

<sup>17</sup> Antônio Delfim Netto (1928-...) economista e Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Ministro da Fazenda de 1967 a 1974, Ministro da Agricultura de 1978 a 1979, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão de 1979 a 1985, e deputado federal de 1987 a 2007.

grande maioria da sociedade não mais discute que o capital humano é de grande importância tanto para a melhoria da produtividade quanto para a diminuição da desigualdade:

na verdade, aquela discussão lá dos anos 60 foi muito misturada com uma questão política. Assim, tinha uma ditadura e aí o livro do Langoni foi apoiado pelo Delfim, que era ministro da Fazenda. Então você tinha todo um componente ideológico que, bem ou mal, permeou a discussão, não há a menor dúvida. Uma vez passada a discussão, uma vez entrado num momento menos ditatorial, com o fim da ditadura a minha avaliação é que a Teoria do Capital Humano meio que dominou o debate. Hoje acho que pouca gente discute a importância do capital humano, tanto para a produtividade quanto pra desigualdade. Pouca gente, hoje, discute o fato de que a má distribuição de capital humano é um dos fatores importantes pra gerar desigualdade em qualquer lugar do mundo, não só no Brasil (Pessôa, 2013).

Neste ponto começarei a discutir o livro de Langoni, intitulado *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, publicado em 1973.

Langoni informa que os objetivos dos seus estudos apresentados eram estudar as variações de renda entre 1960 e 1970 e procurar encontrar as causas destas variações:

os objetivos básicos deste trabalho são, em primeiro lugar, estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970, não apenas para o total do Brasil, mas também separadamente por regiões e por setores. Em seguida, tentar explicar as causas para as mudanças observadas durante a década. A partir desta análise estabelecer o vínculo teórico e empírico entre desenvolvimento econômico e distribuição. E, por último, definir, em linhas gerais, políticas econômicas voltadas à eliminação de distorções identificadas ao longo da pesquisa (Langoni, 2005: 16).

O autor considera desconcertante a constatação de que o aumento do grau de desigualdade foi em grande parte causado pela melhor qualificação educacional da força de trabalho, fato que ele atribui ao ambiente de rápido crescimento econômico e com renda *per capita* baixa:

uma das lições mais importantes desta pesquisa é de que existe um conjunto de forças trabalhando no sentido de aumentar o grau de desigualdade numa economia em que o nível de renda per capita é ainda relativamente baixo, mas as taxas de crescimento são extremamente altas. A identificação destas forças torna, porém, falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora ou redução de bem-estar. É desconcertante, por exemplo, verificar que uma fração substancial do acréscimo de desigualdade observado durante o período está associada à melhoria educacional da força de trabalho, à transferência de mão-de-obra do setor primário para o urbano e a uma maior participação de jovens e mulheres no mercado de trabalho. Estas, entretanto, são mudanças qualitativas clássicas que em geral acompanham o processo de

desenvolvimento econômico. Outros resultados deixam ainda mais evidente o paradoxo implícito na associação distribuição de renda – bem-estar: o grau de desigualdade é bem menor no setor primário relativamente ao urbano; entre analfabetos relativamente aos indivíduos com ginásio ou colegial; entre indivíduos com menos de 20 anos relativamente aos grupos de idade mais avançada; nos setores tradicionais da indústria (por exemplo, construção civil) relativamente aos setores modernos (por exemplo, indústria automobilística) (Langoni, 2005: 15).

Langoni aponta ainda algumas limitações empíricas que podem ter efeito sobre as estimativas feitas e que podem, potencialmente, influir no cálculo da desigualdade de rendas:

em primeiro lugar, existe um grupo de fatores cuja exclusão contribui inequivocamente para um aumento artificial do grau de desigualdade: são eles o autoconsumo no setor agrícola, as transferências de renda na unidade familiar, o uso de renda corrente, as diferenças regionais de custo de vida, e a inclusão de elementos que trabalham voluntariamente em tempo parcial. Entre estes, pelo menos a exclusão do autoconsumo, além de aumentar o grau de desigualdade, o faz, certamente, através da subestimação das rendas dos grupos relativamente mais pobres da população. Existe outro grupo cujo efeito líquido, apesar da maior dificuldade de avaliação, é possivelmente inverso, isto é, o de subestimar o grau de desigualdade. Neste caso estão incluídas a renda implícita dos proprietários de imóveis e as rendas não contratuais. O efeito líquido de sua contabilização (principalmente do primeiro componente) seria o de aumentar o grau de desigualdade através da elevação dos níveis de renda dos grupos relativamente mais ricos da população. Por último, teríamos aqueles fatores para os quais é praticamente impossível fazer uma previsão mais ou menos segura de seu efeito distributivo. É o caso da inclusão dos impostos diretos e indiretos, e a exclusão dos serviços do Governo e do “lazer” das medidas convencionais de renda (Langoni, 2005: 38).

Apesar destas limitações, Langoni explica que as variáveis por ele consideradas e que têm impacto na distribuição de renda são estruturais, uma vez que as informações de distribuição de renda disponíveis correspondem apenas aos dados dos censos de 1960 e 1970, não conseguindo o autor informações referentes ao ritmo da distribuição neste intervalo de tempo.

O importante, porém, é que o nosso interesse principal é a análise das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970. E para isto os dados censitários são estritamente comparáveis, até mesmo nos seus erros. Em resumo, como procuramos chamar a atenção, existem limitações nos dados censitários, mas dificilmente as distorções observadas são de tal magnitude que alterem as conclusões básicas que serão extraídas neste trabalho (Langoni, 2005: 38).

Nas atividades com maior incorporação das modernas tecnologias, a mão-de-obra é relativamente menos disponível à medida que aumenta seu grau de qualificação. Como consequência, teremos aumentos diferenciados nos salários. As empresas dos setores mais modernos terão diferenças de produtividade e de

lucros em relação às tradicionais. Essas diferenças vão acarretar um aumento de desigualdade nos rendimentos dos empregados, dependendo da tecnologia em uso.

Isto pode ser melhor observado pela desagregação do total da indústria em cinco subsetores. Destes cinco, três são indústrias caracteristicamente tradicionais: alimentação, construção civil e têxtil. As outras duas são exemplos de indústria moderna: mecânica, material elétrico e eletrônica e construção de veículos. O adjetivo “tradicional” e “moderno” pode parecer vago. Na verdade eles caracterizam, de um lado, diferentes estágios de industrialização e ao mesmo tempo características bem diversas na função de produção, proporção de fatores utilizados e natureza do progresso tecnológico. Assim as indústrias tradicionais são, em geral, as primeiras a se instalar por exigir uma tecnologia pouco sofisticada não só poupadoras de capital (capital saving) mas também poupadoras de mão-de-obra qualificada (skill saving), maximizando o uso daqueles fatores que são relativamente mais abundantes. São também indústrias com um maior grau de competição e onde a taxa de crescimento do índice de produtividade total é relativamente pequena. Já as indústrias modernas têm características oligopolistas e apresentam em geral taxas elevadas de crescimento do índice de produtividade (Langoni, 2005: 46).

No entanto, Langoni chama atenção para o fato de que o crescimento econômico traz, apesar da desigualdade, um aumento no bem-estar, pela criação de riquezas:

estes resultados deixam claro o pouco significado que um índice de concentração pode ter como indicador de bem-estar. Ao passarmos da indústria de construção civil para a indústria automobilística, a variância dos logs aumenta em 100%. No entanto, o nível de salário médio praticamente dobra. É difícil acreditar que um trabalhador na indústria automobilística esteja “pior” do que aqueles na construção civil. Ao mesmo tempo eles sugerem que o aumento de desigualdade é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento. Neste caso específico o aumento de concentração reflete a sofisticação da força de trabalho na indústria automobilística vis-à-vis construção civil. Na primeira há uma maior diferenciação não só vertical (nível de educação) mas também horizontal (posição na ocupação): esta diferenciação de produtividade é refletida no mercado por uma diferenciação de salários que por sua vez toma a forma de um aumento de desigualdade (Langoni, 2005: 46-47).

As importantes taxas de crescimento obtidas na década de 1960 teriam, para Langoni, que trazer mudanças qualitativas em nossa economia:

apesar de não ter sido um processo contínuo, a economia brasileira cresceu substancialmente na década de 1960. De acordo com nossas estimativas, a renda média da população economicamente ativa aumentou cerca de 37% cumulativamente entre 1960 e 1970, aproximando-se bastante da estimativa do crescimento do produto real per capita (35%) com base nas Contas Nacionais. Outros indicadores apontam na mesma direção: a taxa média (instantânea) de crescimento do produto real foi de 5,8% ao ano, sendo bem mais elevada para a indústria (6,7%) do que para a agricultura (4,2%). O comportamento, ao longo do período, foi bastante irregular, com pelo menos três anos de taxas negativas ou

nulas de crescimento da renda per capita (63/64 e 65) e valores extremamente elevados no início e no final da década: 7,2% em 1961 e 6,4% em 1970. Como é lógico antecipar, um processo de desenvolvimento desta magnitude acarretou mudanças qualitativas importantes na economia brasileira, através das quais é possível ter-se uma ideia mais precisa dos seus efeitos redistributivos (Langoni, 2005: 65-66).

Procurando as causas do aumento da desigualdade ao longo da década estudada, Langoni analisa os efeitos do salário mínimo nesse período, lembrando as circunstâncias inflacionárias que antecederam a contenção salarial:

na verdade as primeiras análises do aumento de desigualdade, precipitadamente tentaram atribuir a uma das facetas deste último período – a política salarial – a responsabilidade maior por tudo aquilo que aconteceu ao longo da década. É lógico que do ponto de vista metodológico nós necessitaríamos de séries anuais para corretamente medir a contribuição de cada uma dessas componentes. Entretanto é importante reconhecer que o salário mínimo já vem declinando em termos reais desde 1961 e que a política de contenção salarial posta em execução, principalmente em 1965 e 1966, era um apêndice da política antiinflacionária, procurando corrigir uma situação anormalíssima de taxas de inflação de ordem de 100%. As consequências negativas de curto prazo foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966. A maior evidência de que isto é verdade é a própria comparação dos perfis de renda entre 1960 e 1970. Lá ficou claro que todos os grupos tiveram ganhos substanciais de renda real, mesmo aqueles cuja renda está próxima ao salário mínimo legal. Este resultado, em face do grande declínio, observado no salário mínimo real entre 1960 e 1970, só pode ser atribuído ao deslocamento dos indivíduos ao longo do espectro de renda. Este deslocamento foi propiciado justamente pela fase de aceleração de crescimento que caracterizou o período 1966/1970 (Langoni, 2005: 66).

Langoni segue sua análise explicando que, uma vez que constatou o aumento de desigualdade na distribuição de renda, faz-se necessário pesquisar suas causas. E, para isso, estuda os efeitos redistributivos de mudanças estruturais que aconteceram na década. Mais importante, antecipa a relevância da variável educação:

a análise dos efeitos redistributivos das mudanças ocorridas na composição educacional da força de trabalho merece especial atenção, porque, como ficará claro mais adiante, educação é a variável mais importante para explicar simultaneamente as diferenças individuais de renda em 1960 e 1970, bem como o aumento de concentração observado durante o período (Langoni, 2005: 79).

São analisados os efeitos distributivos das alterações que aconteceram tanto na composição setorial, quanto na regional e de qualidade da mão-de-obra. E Langoni enfatiza que as mudanças estruturais, apesar de trazerem um aumento de desigualdade na distribuição de renda, não causam a piora do bem-estar, que se beneficia de uma melhoria na educação.

A análise anterior chama a atenção para o impacto e seus resultados, que as mudanças na composição educacional, etária e entre sexos, bem como a alocação setorial e regional, podem ter sobre a distribuição de renda ao longo do tempo. A conclusão mais importante é de que as mudanças clássicas, que acompanham o processo de desenvolvimento econômico, levam a um aumento nos índices agregados de concentração sem que seja possível atribuir-lhes qualquer sentido de deterioramento de bem-estar: este é o caso típico do fluxo de mão-de-obra que deixa regiões e setores cuja renda real é relativamente mais baixa; da entrada no mercado de trabalho de jovens e mulheres; e, principalmente, da melhoria ou ascensão educacional da força de trabalho, existente e em formação (Langoni, 2005: 86).

A Teoria do Capital Humano é invocada por Langoni para continuar sua pesquisa sobre as causas das mudanças na distribuição de renda entre 1960 e 1970, inclusive fazendo referência à obra *Human Capital*, de Gary Becker (Langoni, 2005: 87).

A relação entre nível de educação e remuneração do trabalho é justificada a priori pela teoria do capital humano. Os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado são ganhos de salário real e que se constituem justamente nos benefícios (privados) destes investimentos. A variável idade também pode ser justificada pela teoria do capital humano na medida em que ela é uma boa proxy para experiência: estaria ela captando desta forma o aumento de produtividade associado ao aprendizado no próprio trabalho; refletiria também, pelo maior acesso a informações, a exploração dos diferenciais de produtividade existentes no mercado (Langoni, 2005: 87-88).

A importância que é dada, na teoria do Capital Humano, ao treinamento no trabalho é ressaltada por Langoni:

como nossa medida de educação é extremamente pobre – anos de estudo de educação formal –, é bastante provável que uma parcela do acréscimo de salário, associada com os grupos de idade, esteja na verdade refletindo a substancial quantidade de treinamento não formal (na empresa ou em cursos de especialização) realizado pelos indivíduos. Em outras palavras, a medida “anos de estudo” não consegue captar as importantes diferenças de qualidade de ensino que existem para um mesmo nível de educação formal. Por outro lado, porque nossa medida está limitada à educação formal, isto é, na escola, deixamos de considerar o impacto do treinamento na empresa e em cursos de especialização como possíveis ajustamentos da qualificação do indivíduo às necessidades de mercado. Sob tais aspectos, a nossa variável educação subestima substancialmente a verdadeira medida em termos de conteúdo de qualificação, que é o que realmente importa para as diferenças observadas de remuneração do fator trabalho no mercado (Langoni, 2005: 88).

Constatando que o crescimento econômico trouxe o aumento de desigualdade de renda pelo aumento relativo dos decis superiores, explica:

as mudanças ocorridas nas rendas relativas atribuídas à educação são nitidamente as mais importantes ao longo de todo o perfil da distribuição. De fato, do aumento total das desigualdades causado pelo efeito redistributivo puro, a contribuição de educação em nenhum decil foi inferior a 50%, chegando a explicar até 93% do total para os 5% superiores. A importância da educação para o aumento de desigualdade, mesmo considerando o efeito puro redistributivo, é consistente com a hipótese de que o desenvolvimento econômico brasileiro levou a uma expansão diferenciada da demanda de mão-de-obra que, devido à tecnologia utilizada, beneficiou desproporcionalmente os níveis de educação mais elevados. No extremo inferior a obsolescência de qualificações, causada pela direção do progresso tecnológico, mais do que compensou a queda na participação dos analfabetos, comprimindo os salários relativos (Langoni, 2005: 106).

Langoni apoia-se nos estudos de Becker nos anos 1960 para afirmar:

a partir da última década, com a formalização por Becker da teoria do capital humano, que sugere uma relação causal inequívoca de educação, para renda via seu impacto sobre a produtividade, começou-se a acumular evidência empírica em diversos países, em diferentes estágios de desenvolvimento, acerca da substancial contribuição da educação para os diferenciais observados de renda (Langoni, 2005: 117).

Comenta a distinção entre crescimento econômico motivado pela incorporação de fatores de produção que já eram encontrados na nossa economia e o crescimento econômico derivado da incorporação de fatores de produção que ainda não eram utilizados. Este segundo crescimento é derivado, principalmente, de investimentos em pesquisa e no capital humano.

Finalmente, como o processo de desenvolvimento pode ser caracterizado pela transformação de setores tradicionais em setores modernos, a discussão anterior fornece uma explicação lógica para encontrarmos, na fase de transição (isto é, de crescimento acelerado), uma correlação positiva entre taxa de crescimento e desigualdade. Ao mesmo tempo, à medida que a taxa de crescimento assume valor mais estável com a economia já operando num nível de renda per capita mais elevada, as mesmas forças que atuaram, para provocar o aumento de desigualdade, irão contribuir para sua redução. Em particular, a estrutura qualitativa da força de trabalho deverá estar mais ajustada às características da demanda, bem como reduzidas as possibilidades de ganhos extraordinários pela utilização de novos fatores ou pela produção de novos produtos (Langoni, 2005: 166).

O papel da educação seria o mais importante para explicar os altos níveis de desigualdade encontrados na década de 1960, mais que a inflação ou os contingenciamentos salariais.

A importância da educação ficou evidente não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável (que representam acréscimos de renda associado a anos adicionais de estudo) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão. (Langoni, 2005: 182).

Apesar de a educação, na análise geral, aparecer como o fator preponderante para a desigualdade de rendimentos, Langoni observa que sua influência é maior no setor urbano e nas regiões mais desenvolvidas:

o impacto de educação é significativamente maior, quanto maior for a idade do grupo em questão, para as mulheres relativamente aos homens, no setor urbano relativamente ao primário, e nas regiões mais desenvolvidas em relação àquelas menos desenvolvidas (Langoni, 2005: 183).

Já no setor primário, predominante nas áreas rurais, o acesso à propriedade é que seria o fator de maior importância para explicar a desigualdade de rendimentos:

no setor terciário, a educação primária adiciona à renda dos analfabetos duas vezes e meia mais do que no setor primário. Em contraste, no setor primário, o fato do indivíduo ter acesso a propriedade lhe garante, em média, duas vezes e meia mais renda do que no terciário (Langoni, 2005: 184).

A medida que Langoni defendia para a diminuição da desigualdade de rendimentos no setor rural era a reforma agrária. Deveria tratar-se, entretanto, de uma reforma agrária sem qualquer espécie de confisco parcial ou total porque esta alternativa:

é pouco compatível com uma economia de mercado onde uma das forças básicas de estímulo à produção é justamente a possibilidade de apropriação dos benefícios associados a qualquer investimento. Qualquer tentativa de generalização dessas medidas levaria a um processo rápido de desinvestimento privado no setor agrícola, cujas consequências seriam fortemente regressivas: aumento no preço de produtos básicos de alimentação e, pelo menos na fase de transição, até mesmo aumento no nível de desemprego (Langoni, 2005: 199-200).

Sua sugestão seria o pagamento parcial ou total em títulos da dívida pública, “o que implica alguma redistribuição direta de renda, uma vez que os proprietários são forçados a emprestar ao Governo” (Langoni, 2005: 200).

Langoni comenta que apesar de a aceleração do crescimento trazer um aumento da desigualdade de rendas no trabalho, tem como consequência benigna a redução da pobreza. E este deveria ser o dilema o qual a sociedade deveria discutir, para a definição de suas políticas sociais:

uma das principais lições deste trabalho é mostrar que, no caso brasileiro, há necessidade de apurar-se qual deva ser realmente a preocupação da sociedade: se a desigualdade da distribuição per se ou o fato de que ainda existe uma porção considerável da população recebendo renda monetária inferior àquilo que poderíamos chamar de mínimo do ponto de vista social. No primeiro caso, o objetivo fundamental seria a igualdade de distribuição e, no segundo, a eliminação da pobreza. [...] Uma de nossas teses centrais é a de que a aceleração do crescimento fatalmente leva a um aumento no grau de concentração, em virtude do maior potencial para exploração de ganhos extras de renda, tanto por parte dos investimentos em capital humano, como dos investimentos em capital físico. Entretanto, parece haver pouca dúvida de que uma das consequências imediatas da aceleração do crescimento é a redução do nível de pobreza – independentemente de haver qualquer mudança qualitativa no fator trabalho – pela elevação do nível de emprego (Langoni, 2005: 187).

Para Langoni, o combate à pobreza não deveria passar prioritariamente pelas ações de ordem fiscal:

há suficiente evidência empírica de que o potencial redistributivo, mesmo de sistemas fiscais altamente progressivos, é relativamente pequeno. A ênfase deverá ser, portanto, em políticas globais de desenvolvimento, tais como a política de investimentos em recursos humanos (Langoni, 2005: 188).

Seria fundamental, para Langoni, que fossem definidas políticas com o objetivo de procurar extinguir a pobreza e diminuir a desigualdade:

é importante, pois, traçar linhas mestras de políticas que estejam voltadas para o objetivo de redistribuir oportunidades, eliminar a pobreza e, simultaneamente, minimizar as possibilidades de ganhos extras de renda associados com desequilíbrios entre oferta e demanda, decorrentes da aceleração do crescimento (Langoni, 2005: 189).

Considera importante uma maior alocação de recursos públicos para a universalização da educação básica, mesmo em detrimento do financiamento do ensino superior.

No passado o comportamento do núcleo industrial em expansão foi tal que beneficiou substancialmente o pessoal com educação superior e isto teve impacto fortemente negativo sobre a distribuição da renda. Como há razões suficientes para acreditar-se que o padrão de comportamento do núcleo industrial deva ser o mesmo na próxima década, [...] uma conclusão imediata é a de que a oferta de pessoal com educação superior terá que se expandir a uma taxa mais elevada e/ou a taxa de imposto sobre os grupos com este nível de qualificação terá que ser aumentada. [...] A alternativa, expansão da oferta de educação superior é, entretanto, conflitante com os objetivos de eficiência. Há evidência empírica de que a rentabilidade social dos investimentos em educação no Brasil é maior justamente nos níveis de educação mais baixos (alfabetização e primário). De acordo com nossas estimativas, em 1969 a taxa social de retorno dos investimentos em educação superior era de 12% em contraste com 32% observados para o primário (Langoni, 2005: 189).

E argumenta a favor da não expansão do ensino superior gratuito:

A expansão da educação superior gratuita é inviável financeiramente e inconsistente com os objetivos de equidade. Em primeiro lugar, como era de esperar-se de um bem que é oferecido a um preço nulo há um excesso crônico de demanda, que tem que ser corrigido por um racionamento que é altamente discriminatório contra os indivíduos de nível de renda mais baixo. Em segundo lugar, a educação superior gratuita não elimina, mesmo para aqueles que têm acesso, a discriminação contra os indivíduos mais pobres, devido a uma parcela substancial dos custos que, mesmo assim, não é coberta: há ainda o custo “puro” de oportunidades, isto é, a renda sacrificada por permanecer estudando alguns anos adicionais, em vez de comparecer diretamente ao mercado de trabalho. Não há razões a priori para supor diferenças de magnitude nesta parcela de custo da educação entre estudantes ricos e pobres, desde que não haja diferenças sensíveis nas oportunidades de emprego para estes dois grupos a um nível alternativo de educação (no caso colegial). Isto é, supondo, como é razoável, que nos níveis mais elevados de educação a imperfeição causada pelo acesso diferenciado à informação sobre o mercado de trabalho seja pequena. O problema é causado pelo financiamento destes custos. Os estudantes ricos têm uma fonte segura de financiamento que são as transferências dentro da unidade familiar. Para os estudantes pobres, esta alternativa simplesmente não existe (Langoni, 2005: 190).

Para Langoni, a transferência de recursos para os mais pobres seria fundamental, uma vez que o crescimento econômico, ao aumentar a renda *per capita*, aumentaria o custo de oportunidade de se entrar precocemente no mercado de trabalho. Langoni quer dizer que com o crescimento econômico existe um forte incentivo para as famílias pobres colocarem os filhos no mercado de trabalho, mesmo antes de concluírem os estudos, e assim aumentarem a renda familiar.

O economista defendia algum tipo de política pública que incentivasse a permanência das crianças pobres na escola:

esta transferência maior de recursos para a educação básica é crucial porque o próprio processo de desenvolvimento econômico, elevando a renda per capita, aumenta o valor do tempo e, conseqüentemente, a parcela dos custos de educação representada pelo custo puro de oportunidade. Como já chamamos a atenção por diversas vezes, isto afeta particularmente os indivíduos das classes mais pobres, atuando fortemente no sentido de desestimular sua permanência por anos adicionais na escola. É portanto fundamental, em termos de igualdade de oportunidades, caminhar para uma estrutura de ensino em que também esses custos sejam cobertos, através de bolsas para os indivíduos mais pobres (Langoni, 2005: 192).

O trabalho de Langoni, um clássico da nossa literatura econômica, inspirou outros pensadores brasileiros a abraçar as ideias contidas na Teoria do Capital Humano e criou a base que fez com que um grupo de pensadores influenciados por esta Teoria conquistasse, a partir da década de 1990, visibilidade pela

qualidade dos seus argumentos, bem como posições de destaque nos governos, ajudando a definir nossas políticas sociais de combate à pobreza.